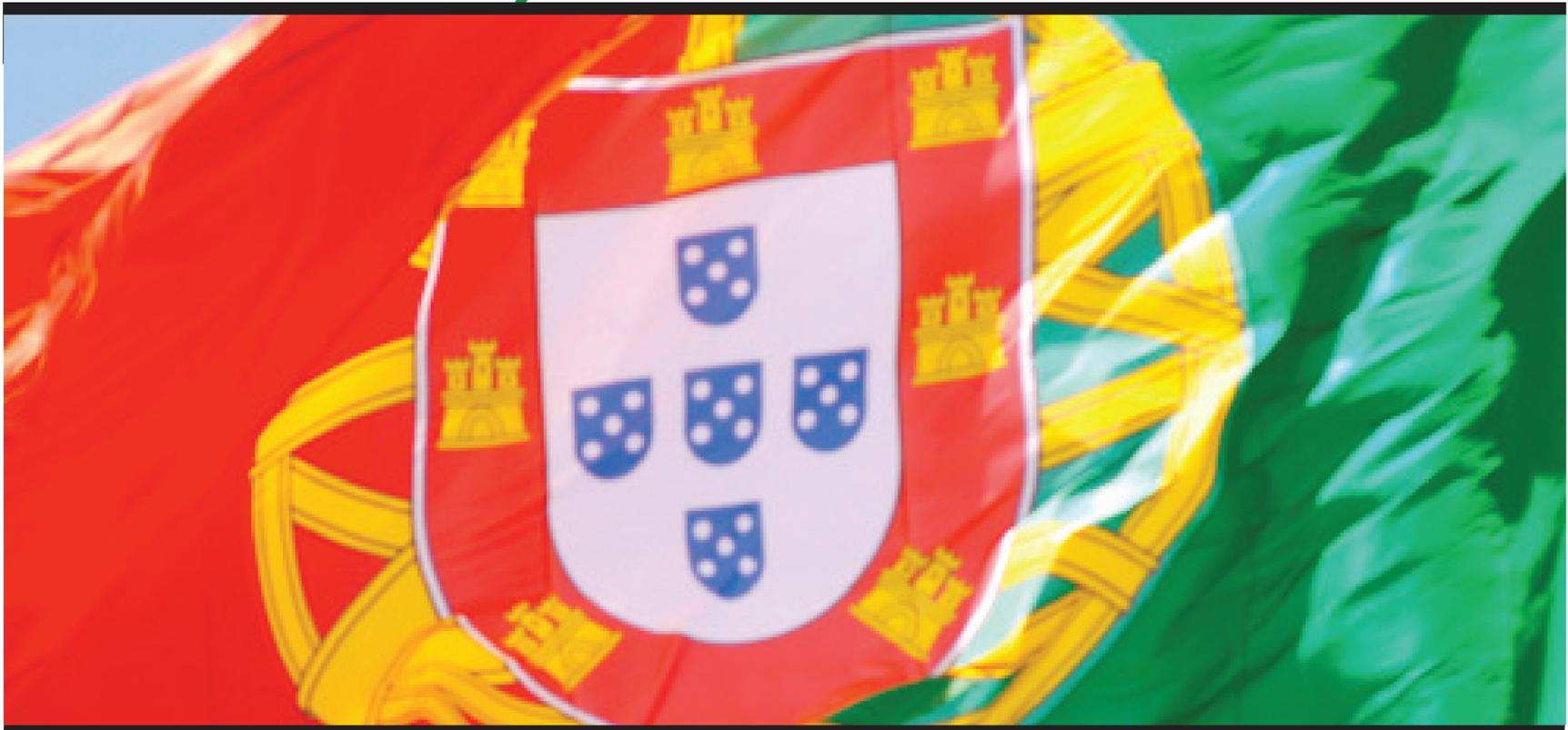


outra**Presença**

I Centenário da República

1910 - 2010



De como “república” e “nacional” substituíram “real” e “da coroa”

A História

Neste número propõe-se um percurso pela História, recordando os momentos conturbados que precederam a implantação da República, os acontecimentos, as figuras e os locais que fizeram história durante a I República.

Os símbolos

A bandeira e o hino são símbolos representativos de um estado. O que simbolizam os nossos? Quem os criou? Como foram escolhidos? Cem anos depois serão ainda actuais? Estas e outras questões são abordadas neste número dedicado à efeméride.

A comemoração

Por todo o país sucedem-se os eventos comemorativos desta efeméride. Também Bragança tem agendadas diversas actividades que decorrerão ao longo de todo o ano de 2010. Aqui se divulga o programa e se dá conta do que já foi realizado.

Juiz de Linhas Monarquia ou República?



Lugares centenários



Se há elementos em Bragança que nasceram com a República e se mantêm após 100 anos, como é o caso do Clube e da Guarda Nacional Republicana, outros, como o combóio, não comemoram este centenário. Só o busto de João da Cruz, engenheiro e a fachada da estação lembram que dali partiram muitos combóios e outros tantos chegaram.

O que é uma república?

“O Projecto PÚBLICO na Escola associa-se às comemorações do primeiro centenário da implantação da República em Portugal, que se assinala em 5 de Outubro de 2010, sugerindo que a efeméride seja objecto de um tratamento privilegiado na imprensa escolar.”
Assim, o tema da edição do concurso do ano 2009/10 é “O que é uma República?”



Editorial

Comemorar a República é um exercício de cidadania que só é possível se houver entendimento relativamente ao seu lugar na história de um país e de um povo.

O que é a República? Quais os seus símbolos e figuras mais marcantes? O que a distingue da Monarquia? O que sabem os alunos sobre este regime e a sua implantação em Portugal? Que mudanças trouxe a República?

São sobretudo estas as questões que este número dedicado ao Centenário da República procura responder, porque comemorar a República implica conhecê-la, identificar os seus heróis, os seus valores, símbolos e locais.

Também a literatura e o jornalismo foram determinantes nesta época. Todo o cavalheiro devia saber falar e escrever. Por isso os políticos escreviam artigos para os jornais da época. Quanto aos escritores, dificilmente viviam dos seus livros, por isso tinham habitualmente outra

fonte de rendimentos ou produziam vários originais por ano. Se Camilo Castelo Branco optou por esta última situação, a maioria associava-se habitualmente aos jornais, escrevendo e fazendo traduções, por exemplo. Neste sentido, o OP apresenta um artigo sobre o jornalismo que se fazia na época.

Muitas das iniciativas a nível nacional têm como objectivo celebrar e dar a conhecer. O Outra Presença divulga algumas das que terão lugar na cidade de Bragança e aproveita para recordar um lugar centenário - o Clube - e outro que não viveu cem anos - o combóio.

Porque um dos pilares da República é a Educação - após a sua implantação o ensino foi efectivamente uma das áreas em destaque - uma aluno produz aqui um discurso, no qual apresenta a sua perspectiva sobre a educação.

Apresentam-se, ainda, alguns livros que foram publicados recentemente e que se subordinam a



este tema e dá-se voz àqueles que gostariam de ver um rei à frente dos destinos do país. Porque a sociedade republicana democrática em que vivemos é tolerante e plural.

O recuo da educação

Diana Malhão, 10ºB

Raiz da convivência, uma base de relacionamento em sociedade, um conceito essencial na busca de um futuro ou uma garantia de progresso e até mesmo de sucesso. Serão estas, de facto, visões adequadas ao conceito de educação? Na verdade, talvez seja estritamente necessário considerar a época, fazer uma exacta localização no tempo capaz de ter em conta as necessidades de cada degrau temporal juntamente com os dessa mesma sociedade.

Em tempos relativamente distantes da actualidade, a educação vigorava no seio de todas as famílias, regia as regras e permitia, sem margens para dúvida, que a geração mais recente seguisse os princípios da disciplina, exigência e rigor herdados do patamar etário superior. Limites inultrapassáveis de responsabilidade individual implantavam também nas características mais intrínsecas de cada sujeito formas regradas de ser, estar e agir perante o outro e o mundo que se transpunham para o exterior e influenciavam por si só as atitudes de toda a comunidade. A educação estava, naturalmente, presente nos valores humanos de qualquer grupo social e a moral assim o considerava, levando a que, na prática, houvesse uma tentativa de fácil socialização provinda desses ditos conceitos educativos. Coordenada com esta componente mais prática do modo de educar, falava-se ainda, tal como hoje em dia, da componente abrangente da teoria, transmitida sobretudo pelas instituições especializadas - estabelecimentos escolarizados. Aí, o número de educandos era consideravelmente reduzido, facto que talvez se devesse à ausência de obrigatoriedade de permanência escolar, mas que, por isso, não colocava a exigência e eficácia fora dos seus objectivos. É consensual que nesses

tempos a fuga às ordens, normas e regras não chegava sequer a ser uma suposição, a fuga às responsabilidades escolares não constituía uma preocupação significativa para os educadores e qualquer outro tipo de atitude que não tivesse como critério as bases da educação estava completamente fora de questão ser tida em conta. Uma prova real de que o modo de educar, de transmitir princípios e de levar à manutenção da sociedade estavam certamente a ser bem concedidos.

Hoje, há algo (ou muito) que falha. Que é feito do tal rigor, disciplina, trabalho e empenho? Onde param as responsabilidades individuais e colectivas? E a exigência, onde está ela agora? É trabalho árduo encontrá-la.

É certo, como já foi dito, que o avançar do tempo e o ultrapassar de épocas requerem, quase obrigatoriamente, mudanças gerais: alterações comportamentais, progresso de mentalidades, transformação de ideais, reforma de determinados pressupostos e uma série de outros aspectos que marcam a diferença e a consequente evolução. Apesar de tudo isto, não é necessário um abandono de valores fundamentais a uma estruturação social essencial à vida em interacção.

O processo começa lá dentro. Em casa, com a família. Agora, as atitudes mais rígidas que eram tidas em tempos deixaram de existir, desapareceram simplesmente, bem como as regras, as leis familiares. Isto resultou noutros percursos: o respeito acabou por ficar quase extinto, a obediência nem vê-la, já para não referir aquela disciplina, o cumprir dos deveres. Inconscientemente, o avanço das mentalidades e o abandono forçado da ditadura, acabaram por colocar um fim demasiado radical nestes valores. O que passou para grande plano foram

futilidades. Desabou tudo na escola e acabou por se reflectir na própria educação.

O excessivo abandono escolar trouxe conflitos, problemas e provocou um enorme susto nos políticos e encarregados de educação e, tendo em vista remediar a situação já que esta não foi prevenida atempadamente, surgiram alternativas (consideradas eficazes) que deixaram muito a desejar. O necessário não era, de todo, tornar a escolaridade obrigatória até ao décimo segundo ano; não era muito menos sobrecarregar a carga horária quer de professores quer de alunos com as inúteis aulas de substituição; não era aumentar definitivamente o tempo de cada bloco de aulas passando estes a noventa e até cento e trinta e cinco minutos; não era sujeitar os alunos a provas de recuperação por um elevado número de faltas (in)justificadas. Era sim necessária motivação acrescida que criasse interesse nos alunos e tornasse o estudo de tal forma agradável que incentivasse os alunos a optar por ele de livre e espontânea vontade sem interferências excessivas de pais ou professores. Algo impossível hoje em dia...

Talvez seja urgente reconsiderar princípios passados, não todos claramente, mas muitos deles, e assim poder recuperar a verdadeira educação e permitir eliminar desinteresses por parte dos educandos, tudo o resto que não implique um posterior empenho e motivação serão mudanças que apenas ajudarão a prejudicar ainda mais o aproveitamento e rendimento do aluno.

Créditos:

Este número foi possível porque existem espaços onde as informações e imagens estão disponíveis ao público:

- História de Portugal, coordenada por José Mattoso
- <http://pt.wikipedia.org/>
- <http://www.centenariorepublica.pt/>
- www.parlamento.pt/
- <http://nescolas.dn.pt/templates/dn/imagens/capasdn/1910l.jpg>
- www.museudacidade.pt/
- www.arqnet.pt/
- www.cm-braganca.pt/
- boletim "Público na Escola"

Ficha Técnica

Edição e propriedade da Escola Secundária Abade de Baçal de Bragança
Tel. - 273322163/273322462; email - outrapresenca@gmail.com; edição digital - www.outrapresenca.com; Blogosfera - A presença de Todos (outrapresenca.blogspot.com), Escrevinhar (palavrasdomeudia.blogspot.com), Ler Muito (lermuito.blogspot.com)

• Coordenação - Luísa Diz Lopes • Redacção - Clube de Jornalismo • Autor do Logótipo e do design da edição digital - Rui Garcia • Grafismo - Clube de Jornalismo • Desenho de Imprensa - Clube de Jornalismo • Fotografia - Clube de Jornalismo • Desporto - Grupo de Educação Física • Revisão - Clube de Jornalismo, Olinda Oliveira • Clube de Jornalismo - Professores: Luísa Diz Lopes, Paula Minhoto, Elza Simão; Alunos - Adriana Pires, Ana Beatriz Delgado, Ana Carolina Pires, Carina Fernandes, Daniela João, Diana Malhão, Joana Gonçalves, Joana Meco, Joana Teixeira, Mariana Lopes, Rita Teixeira, Verónica Podence, Vitor Minhoto • Projectos em Interacção - Biblioteca/CRE; Clube Europeu; Desporto Escolar; Grupo de Saúde Escolar • Outros Colaboradores - Alunos, ex-alunos e professores da escola • Colaboração especial - Monárquico e Vitor Bravo • Impressão - Diário do Minho - Tiragem - 500 exemplares

Monarquia ou República?

O Rei morreu. Viva o Rei!

Vitor Minhoto, 9ºB

A maioria das pessoas vê a Monarquia como uma forma de governo na qual existe um Rei ou Rainha com poder absoluto, ou seja, que detém o poder legislativo, executivo e judicial. Mas na realidade isto só se aplica às monarquias absolutas e, actualmente, só 6 das 44 monarquias que existem são absolutas. O tipo de Monarquia mais comum hoje em dia é a Monarquia constitucional em que os poderes estão divididos e o Monarca é o chefe (simbólico) do poder executivo já que é o primeiro-ministro que detém o poder executivo. O Rei, nesta monarquia, apenas tem o poder de nomear e demitir livremente os membros do Estado.

Ao contrário do que acontece no republicano, no regime monárquico, o monarca não é eleito pelo povo, mas sim por via hereditária, ou seja, quando um Rei ou Rainha morre ou abdica da coroa, a chefia passa para o descendente masculino mais velho. A coroa só transita para uma mulher quando o Monarca não tem filhos varões, passando a Coroa para a filha mais velha. Quando o Monarca não tem filhos, a Coroa passa para um irmão. Este é o meio mais comum. Na Monarquia electiva, tal como na República, o Monarca é eleito de maneira vitalícia por um grupo de eleitores. Actualmente só existem três exemplos de Monarquia que são electivas: a Malásia, os Emirados Árabes Unidos e o Vaticano. Há também algumas excepções como na Jordânia em que o Rei escolhe o seu sucessor podendo este não pertencer a Família Real.

Portugal teve como Governo a Monarquia até 1910, quando se deu golpe de estado que proclamou a República, mas até aí Portugal passou por

uma Monarquia absoluta até 1822 no reinado de D. João IV que passou a ser uma Monarquia Constitucional até 1910.

Na minha opinião, deveríamos viver numa Monarquia, não diria absoluta mas também não diria constitucional, uma Monarquia em que o Rei pudesse ter influência no poder executivo, legislativo e judicial. No poder executivo, ele deveria ter o poder de nomear e demitir ministros como na Monarquia constitucional. No poder Legislativo deveria ele ter sempre a última palavra quanto às leis (se aprova ou não aprova). No poder judicial deveria ser o Rei a julgar os casos mais graves. Desta maneira continuaríamos a ter a liberdade da República, mas com um Rei a governar e poupar-se-ia o dinheiro da organização das eleições, pois o rei governaria a vida

inteira e teria sido educado para isso e o Presidente da República só tem mandatos de 5 anos, tendo de se realizar

eleições findo este período. A agravar esta situação, cada vez que um Presidente é eleito, muda os acessórios, o chefe da casa civil, o carro, a mobília, enquanto que o Rei só faria essa escolha no momento da coroação. Assim, na minha opinião, um regime monárquico melhoraria a qualidade de vida de todos, a economia do país e, consequentemente, o prestígio do país, o que nos agradaria a todos.

A coisa pública que nos une

Verónica Falcão, 10ºB

Queixumes constantes, palavras ditas incompreendidas em todo o lado, liberdade compreendida como não real. O povo português tem, realmente, demonstrado o seu descontentamento em diversas áreas, sem se perceber sequer de quem brota a culpa de tal desgosto social.

Numa altura em que as respostas não chegam para tantas incógnitas desmedidas, talvez seja necessário olhar para o passado para que, dessa forma, se consiga compreender do que necessita o país e o que, de todo, se dispensa para o futuro da Nação.

Portugal viveu, durante largos anos, sob o domínio de uma Monarquia, que, uma vez absolutista, permitia que se assistisse a uma opressão do povo e a um genocídio da liberdade de pensamento que jamais se volatiria a verificar.

Daí surgiu a revolta. Daí se viu a vitória de um novo regime.

Numa altura em que os antagonismos monárquicos e republicanos estavam no seu auge, a instabilidade política era grande, mas com a República já instaurada e os ânimos em maior sossego, conseguiu-se ver um futuro mais promissor.

Portugal manifestou-se contra a Monarquia. Por que razão o teria feito se não houvesse motivos para tal? O povo queria ter mais direitos, pretendia conquistar uma voz mais activa na vida política e alcançar, finalmente, a capacidade de intervir na progressão do país. De facto, a liberdade de escolha do representante do país só é permitida na República. Os eleitores, após um período de campanha eleitoral, onde podem ver os projectos de cada candidato e os ideais básicos de cada partido, têm a oportunidade de votar naquele que pensam ser o melhor representante do seu país, isto é, o Presidente da República, figura máxima de um povo, e os demais cargos relevantes no que a governadores diz respeito, tomando uma decisão ponderada e consciente. Ao invés disso, na Monarquia, o país fica vulnerável à chefia de um Rei que ocupa esse cargo por meras questões de descendência, não estando este sujeito a apreciações exteriores nem a votos anteriores à sua subida de trono. Para além do mais, apesar de receber, ao longo de toda a vida uma preparação exaustiva para ocupar aquele lugar, este pode não ser a pessoa mais dedicada, diligente e imparcialmente objectiva para conseguir governar toda uma Pátria.

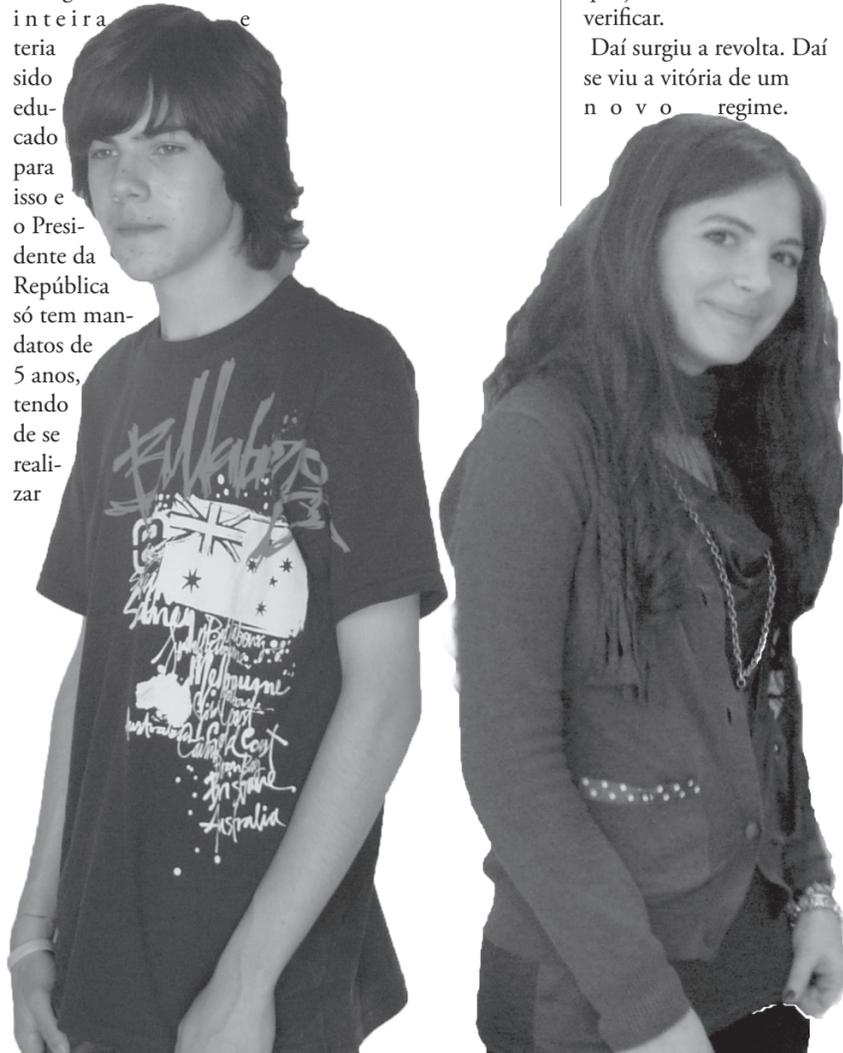
Há, ainda, a questão do período de duração em que exerce o cargo. Na República, o Presidente da República apenas pode ocupar esse lugar durante dois mandatos, cada um correspondendo a um

período de quatro anos, o que significa que, caso os cidadãos não estejam satisfeitos com as atitudes por este levadas a cabo ou as decisões por si tomadas, podem optar por eleger um representante diferente, que pensem ir mais de encontro às necessidades do país. Pelo contrário, na Monarquia verifica-se um período muito mais longo de posse do trono. O povo vê-se obrigado a aceitar as deliberações do monarca por várias décadas, quer concorde com elas ou não, já que este apenas é destituído do seu trono em caso de morte ou na eventualidade de padecer de uma demência mental grave, que o impeça de tomar decisões conscientes e, desta forma, o obrigue a ter terceiros a exercer essa função por si.

Nesta perspectiva, pode-se ainda considerar a questão dos poderes, uma vez que, ao contrário do que acontece na República, o regime monárquico absolutista centra os poderes todos na figura que encabeça a monarquia. Já no republicano, os poderes veem-se distribuídos pelas diversas entidades políticas.

Neste seguimento, imagine-se, então, o povo português, que tantos defeitos tem apontado ao sistema político e democrático, sem a facultade de intervir na vida política, sem a possibilidade de ser ouvido e sem a liberdade de escolha do representante do país.

No fundo, o que realmente necessitamos não é de mudanças profundas no governo e na política interna, mas sim de ter uma esperança renovada na fraternidade que nos move, a Coisa Pública que nos une agora mais que nunca: os valores da cidadania, os valores republicanos.





Ultimato Britânico a Portugal e revolta dos populares contra a humilhação que a cedência de Portugal provocou. Os estudantes cobriram simbolicamente a estátua de Camões com crepes de luto



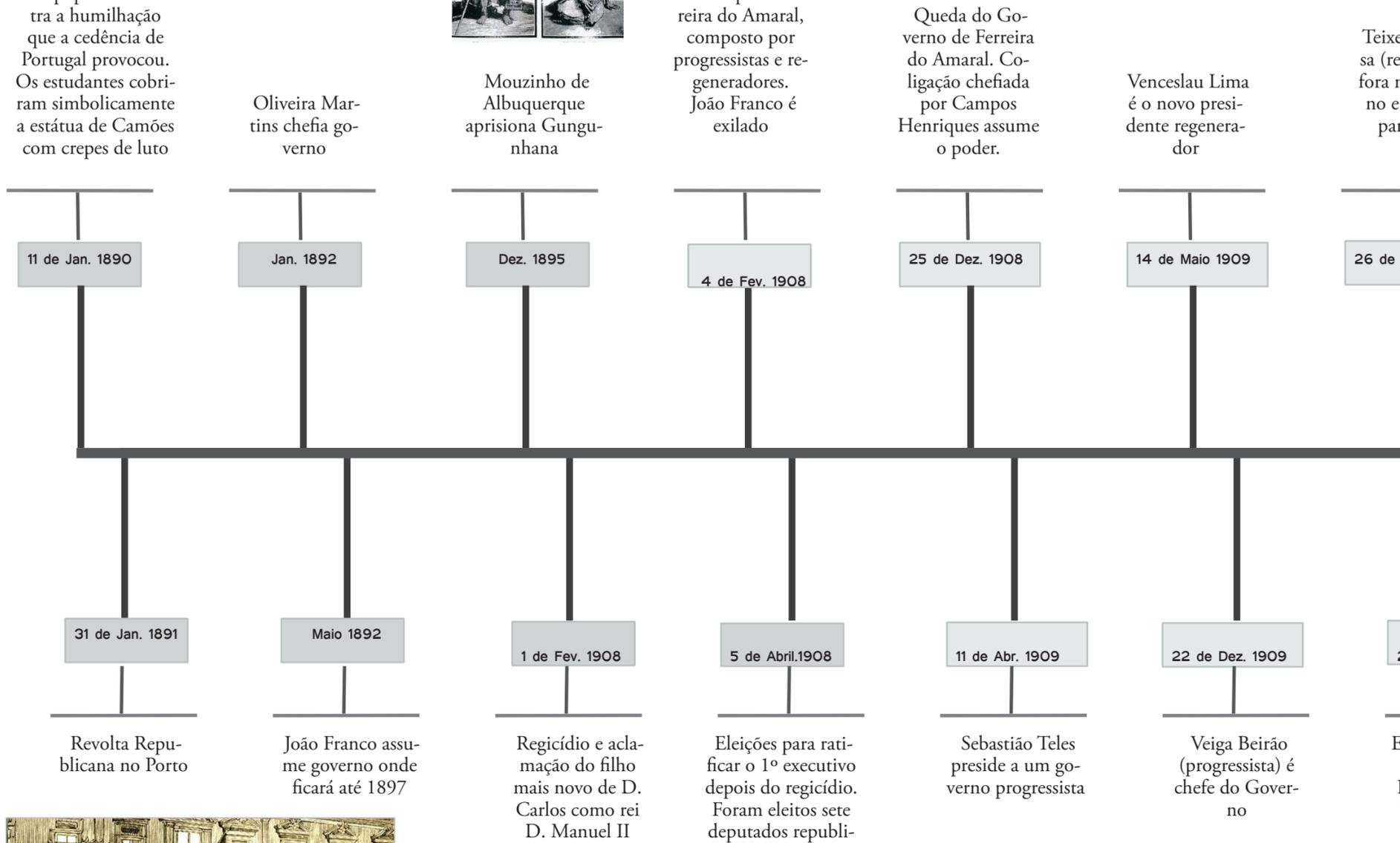
Mouzinho de Albuquerque aprisiona Gungunhana



Tomada de posse do governo presidido por Ferreira do Amaral, composto por progressistas e regeneradores. João Franco é exilado

Os 36 anos que vão de 1890 a 1926 são pródigos em revoltas, aclamações, governos provisórios e definitivos e ficam profundamente marcados pelo Ultimato inglês, pelo regicídio e pela aclamação da República. Fica aqui uma breve cronologia desses anos.

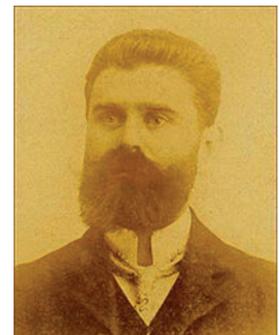
(Alguns dos factos possuem um elemento de ligação a Bragança: Manuel Buiça tem raízes transmontanas e as calças de Gungunhana pertencem ao espólio do Museu Militar da cidade, que se encontra instalado no Castelo.)



(gravura publicada na revista Ilustração)



(gravura publicada na revista Ilustração)

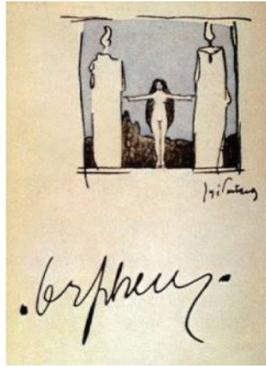


Manuel Buiça

Rei e família pernoitam em Mafra e no dia seguinte partem da Ericeira para Inglaterra, via Gibraltar

Palácio das Necessidades e Rossio são bombardeados

Cândido dos Reis suicida-se julgando que a revolta fracassou. Revolucionários e Carbonária concentram-se na Rotunda (hoje Marquês de Pombal)



Orpheu, que só conheceu 2 números, foi uma Revista Trimestral de Literatura publicada em Lisboa, em 1915. A revista exerceu uma notável e duradoura influência: o seu vanguardismo inspirou movimentos literários subsequentes de renovação da literatura portuguesa. Do seu grupo faziam parte Fernando Pessoa ou Mário de Sá-Carneiro.



Teixeira de Sousa (regenerador) fora novo governo e dissolve o parlamento

António José de Almeida recebe comissão que pede a formação da Guarda Nacional

Primeiro Governo de Afonso Costa

Monarquia é restaurada no Porto

Gago Coutinho e Sacadura Cabral voam de Portugal ao Brasil

26 de Jun. 1910

4 de Out. 1910

6 de Out. 1910

9 de Jan. 1913

Jan. de 1919

Marco 1922

28 de Ago. 1910

5 de Out. 1910

20 de Abr. 1911

1914 - 1918

19 de Out. de 1921

28 de Maio de 1926

Eleições parlamentares. Parlamento republicano elege 14 deputados

Proclamação da República da varanda do edifício dos Paços do Conselho. Afonso Costa propõe um governo chefiado por Teófilo Braga

Separação entre o Estado e a Igreja, o que fez com que cada indivíduo passasse a ter um "estado civil"

I Guerra Mundial

"Noite Sangrenta" (Revolta radical que ocorreu em Lisboa, no decurso da qual foram assassinados, entre outros, António Granjo, então presidente do Ministério, Machado Santos e José Carlos da Maia, dois dos históricos da Proclamação da República Portuguesa, o comandante Freitas da Silva, secretário do Ministro da Marinha, e o coronel Botelho de Vasconcelos, antigo apoiante de Sidónio Pais.

Insurreição do Exército em Braga



"O fado" (1910) é o quadro controverso que projecta José Malhoa. Através de um fragmento do quotidiano, um universo que já era literário e até cinematográfico entra, agora, na pintura.



Símbolos da República

“A Portuguesa”

Carolina Pires, 7°C

“A Portuguesa”, nome do Hino Português, surgiu como reacção popular à humilhação que o Ultimato Inglês* tinha provocado e ao governo português, que o tinha permitido. Esta canção foi escrita por Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, em 1890. Desde cedo, foi utilizada como símbolo patriótico e também republicano. Em 31 de Janeiro de 1891, na tentativa de implantar a república em Portugal, esta canção já aparecia como opção dos republicanos para o hino nacional, o que aconteceu, após a instauração da República, a 5 de Outubro de 1910. A 19 de Junho de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte consagrou-a como símbolo nacional. Veio substituir o Hymno da Carta, o hino nacional desde Maio de 1834.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

II
Desfralda a grandiosa bandeira
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu
Beija o solo teu jucundo
O oceano, a rugir d'amor,
E o teu braço vencedor
Deu mundos novos ao Mundo!

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

III
Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco de uma afronta
O sinal do ressurgir.
Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm,
Contra as injúrias da sorte.

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

Versão oficial de «A Portuguesa»

Hino Nacional, Retrato da (Im)perfeição Portuguesa

Pedro Alexandre Conde Gonçalves - 11°C

Desde temos muito remotos, o hino é a identidade de um povo. Cada país tem o seu hino específico, portador de uma mensagem simbólica que contém os ideais de esperança, carácter e força de vontade, necessários à evolução e à coragem do seu povo. O hino português, como seria de esperar, não transitou para a actualidade, mantendo-se bem escondido nas águas mais profundas do passado. Falta-lhe vontade de voltar à tona? Sim, fruto da nossa incoerência e do nosso fraco carácter.

O hino é um apelo à vontade, ao sonho e ao orgulho português, cantado nas mais importantes cerimónias e celebrações re-

publicanas. A mão ao peito simboliza ainda mais o sentimento vivido e a vontade, a confiança e a esperança de querer ultrapassar as adversidades. O que acontece é que todas estas bonitas palavras não são postas em prática e os valores perdem-se.

Nos dias de hoje, os portugueses já não são os “heróis do mar” nem a “nação valente” do passado. São, sim, vítimas da própria sociedade e vítimas de si mesmas que, cada vez mais, aumentam o grau de estagnação do país. O hino é, agora, uma definição da imperfeição portuguesa, uma simples ideologia, o retrato da inércia e da mediocridade da sociedade actual.

A título de exemplo, a estátua de Camões retratada em “Os Maias”, símbolo da glória antiga, parece agora triste, reflectindo a decadência e a estagnação em que nos afundamos.

A meu ver, existe apenas uma solução: acreditar naquilo que nos define, naquilo que somos, e lutar contra todos os canhões que se atravessam no nosso caminho, vencendo a crise actual e voltando aos tempos gloriosos para gritar vitória uma vez mais! Às armas, às armas! Pela Pátria lutar!

Alfredo Keil

Compositor de música e pintor nascido, em Lisboa, a 8 de Julho de 1854, filho de Cristiano Keil, alfaiate alemão. Iniciou os estudos em Portugal, mas partiu com 14 anos para a Baviera, iniciar o estudo da arte, que consolidou em Nuremberga, na academia de pintura dirigida por Kreling, escultor, pintor e arquitecto. Passou ainda por Munique e, em 1870, regressou a Portugal, onde continuou os seus estudos artísticos. Depois de várias exposições e prémios, entre os quais se encontra uma menção honrosa na exposição internacional de Paris, passa a pintura para segundo plano e dedica-se mais à música, área na qual teve também bastantes êxitos. Foi o caso de *A première da D. Branca*, realizada em 1888, que obteve um sucesso como há muitos anos se não observava no nosso teatro lírico.

Entre as suas composições mais célebres encontra-se *A Portuguesa*, hino patriótico. Foi inspirada pelo ultimato do governo inglês de 11 de Janeiro de 1890 e cantou-se com grande entusiasmo no Teatro da Alegria. *A Portuguesa* tornou-se um verdadeiro hino nacional e patriótico, sendo os versos da autoria de Henrique Lopes Mendonça.



Henrique Lopes Mendonça

Foi militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português. A carreira naval parece ter-lhe permitido satisfazer a sua curiosidade cultural e artística e foi para esta área que se virou a partir de 1884, estreando-se com a peça “A Noiva” e vendo a sua segunda obra – “A Morta” - premiada pela Academia de Ciências de Lisboa, da qual viria a ser presidente em 1915. Escreveu cerca de uma centena de obras.

Por ocasião do Ultimato Inglês de 1890, escreveu, com música de Alfredo Keil, a marcha *A Portuguesa* que, em 1910, o Governo da República adoptou como Hino Nacional, trocando no verso a palavra bretões por canhões. Em 1916 foi agregado à comissão nomeada pelo governo para propor as versões oficiais e definitivas para piano, canto, orquestra e banda do Hino Nacional.

*Mapa cor-de-rosa foi o nome dado ao mapa representativo da pretensão de Portugal a exercer soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique, nos quais hoje se situam a Zâmbia, o Zimbábue e o Malawi, numa vasta faixa de território que ligava o Oceano Atlântico ao Índico. Terá sido desenhado em 1886, e tornado público um ano depois. Em colisão com o objectivo britânico de criar uma faixa de território que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo, desencadeou a disputa com a Grã-Bretanha que culminou no ultimato britânico de 1890, a que Portugal cedeu, causando sérios danos à imagem do governo monárquico português. (Wikipédia, em 12 de Junho de 2010)



A bandeira hoje

Rita Teixeira -10ºB

Foi em 1911 que foi aprovada a nossa bandeira, aquela de que tanto gostamos e nos orgulhamos. Quase 100 anos depois não estará ela um pouco ultrapassada? Fará sentido nos dias de hoje a sua constituição e simbologia?

A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 produziu profundas alterações na vida nacional. Entre as grandes mudanças, ainda que aparentemente insignificantes, situam-se as transformações de valor simbólico. A bandeira azul e branca foi substituída pela verde-rubra.

Para a composição da nova bandeira foi nomeada, a 15 de Outubro de 1910, uma Comissão que tinha como relator o escritor Abel Botelho, e de que faziam parte, entre outros, Columbano Bordalo Pinheiro, João Chagas e Landislaú Pereira. Na Sociedade de Geografia de Lisboa abriu a 28 de Novembro uma exposição de bandeiras históricas que contou com a visita de 6000 pessoas. Após grandes discussões e a apresentação de muitos projectos, a nova bandeira, produzida na Cordoaria, sob instruções de Columbano, foi apresentada a 1 de Dezembro de 1910, declarado como Dia da Festa da Bandeira.

Em relação às cores, os encarregados pela sua criação explicam a inclusão do verde por ser a cor da esperança e também por estar ligada à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. A cor vermelha, segundo a comissão que a criou, é a cor da conquista e do riso. É uma cor combativa, quente, viril, ardente e alegre. Esta também lembra o sangue e incita à vitória. Durante o Estado Novo, difundiram a ideia de que o verde representava as florestas de Portugal e de que o vermelho representava o sangue dos que tinham morrido pela

independência da Nação.

No centro da bandeira encontramos o escudo de armas, que se manteve tal como era na monarquia, sobreposto a uma esfera armilar que substituiu a coroa da velha bandeira monárquica e que representa o Império Colonial Português, as descobertas feitas por Portugal e os povos com quem trocaram ideias e com quem comerciaram.

As cinco quinas simbolizam os 5 reis mouros derrotados por D. Afonso Henriques na batalha de Ourique. Os cinco pontos brancos dentro de cada quina representam as cinco chagas de Cristo. E os sete castelos simbolizam as localidades fortificadas que D. Afonso Henriques conquistou aos Mouros.

A bandeira portuguesa tem um significado republicano e nacionalista. Relativamente às cores da bandeira podemos considerá-las bastante actuais e adoptar a sua simbologia para os dias de hoje. É bom ter uma bandeira que tenha a cor verde, pois o verde é a esperança e assim toda a nação é incentivada a ter esperança, a acreditar e não desistir. O vermelho e a sua simbologia deve, de facto, permanecer nas nossas memórias e as bandeiras dos países dificilmente são esquecidas, e assim também não são esquecidas as pessoas que lutaram por nós e pelo nosso país.

A esfera armilar, o escudo, as quinas e os castelos são também simbólicos e, estando relacionados com feitos históricos, deverão ser recordados, porque um povo é a sua própria história, sendo esta o salto para o futuro. Na minha opinião, a bandeira mantém actualidade, dado que mais importante que os referentes concretos que possui é a simbologia que a eles é associada.

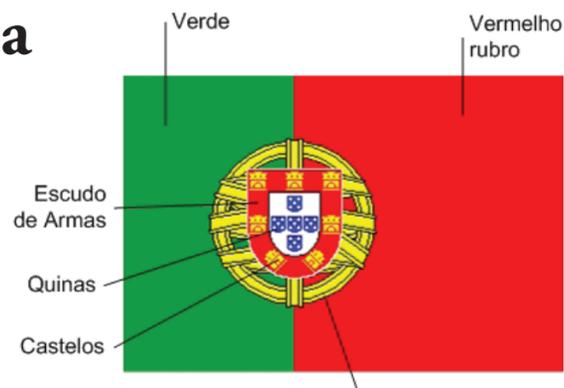
Bandeira Portuguesa

Joana Gonçalves, 7ºC

A Bandeira de Portugal (designada, também, por Bandeira das Quinas ou Bandeira Verde-Rubra) é um dos símbolos nacionais de Portugal, que foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte em 9 de Junho de 1911. As suas dimensões e características mais pormenorizadas foram definidas pelo Decreto n.º 150, de 30 de Junho de 1911. No entanto, já desde a Proclamação da República Portuguesa, a 5 de Outubro de 1910, que eram usadas bandeiras provisórias semelhantes

ao modelo actual.

A bandeira tem um significado republicano e nacionalista. A comissão encarregada da sua criação explica a inclusão do verde por ser a cor da esperança e por estar ligada à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Segundo a mesma comissão, o vermelho representa o combate, a conquista, o riso, a alegria, o sangue e a vitória. No centro da bandeira encontra-se o escudo das armas portuguesas sobreposto a uma esfera armilar. A



esfera armilar representa o mundo que os navegadores portugueses descobriram nos séculos XV e XVI e os povos com quem trocaram ideias e comércio. Os cinco pontos dentro de cada quina têm duas interpretações diferentes. Uma faz referência à Batalha de Ourique, onde D. Afonso

Henriques, enquanto rezava, teve uma visão de Jesus. Segundo outra, os cinco pontos dentro das quinas representam as cinco chagas de Jesus. Os sete castelos representam as localidades fortificadas que D. Afonso Henriques conquistou aos Mouros.

O uso da bandeira

A utilização da bandeira obedece a várias regras que para muitos são desconhecidas. Içar, hastear e dobrar não é, afinal, tão simples como parece. Quando estão envolvidas outras bandeiras, é a primeira a ser hasteadada, a última a ser arriada e a sua dimensão deve ser superior ou igual. Segundo a regra ela deve ser içada de forma viva e enérgica, mas arriada de um modo mais contido e cerimonioso.

Podemos vê-la hasteadada todos os dias nas sedes dos órgãos de soberania nacional e ao domingo, feriado e noutros dias em que tal seja decretado nas instalações de outros órgãos das administrações públicas, central, regional e local; sedes de institutos e de empresas públicas; monumentos nacionais. Só está hasteadada durante o dia e não ser que bem iluminada durante a noite.

Dependendo do número e altura dos mastros, devem obedecer-se as seguintes regras: se houver dois, a bandeira de Portugal é colocada no

da direita; se forem três, ocupará o do centro; se houver 4 ou mais, ficará considerando a posição do edifício; se os mastros tiverem alturas diferentes, a bandeira ocupará o mais alto.

Em ocasiões de luto nacional ou local, as autoridades podem decretar que a Bandeira de Portugal seja hasteadada a meia haste, segundo as seguintes regras: a Bandeira de Portugal é içada até ao topo da haste e, só depois, é descida até meio; depois de ter sido colocada a meia haste, para ser arriada, volta a ser içada até ao topo e, só então é descida; qualquer outra bandeira que seja hasteadada conjuntamente com a Bandeira de Portugal também terá que ser colocada a meia haste se aquela o for.

Sabiam que...

... além da bandeira oficial portuguesa existem outras variantes para uso específico de certos órgãos e autoridades portuguesas?

... o estandarte nacional é a versão para desfile da bandeira portuguesa?

... apesar de um modelo padrão definido do estandarte nacional, cada ramo das Forças Armadas ou de outro corpo civil usam estandartes de diversos modelos diferentes?

... nos estandartes nacionais da marinha foi acrescentada uma cruz de Cristo no seu ordenamento, bordada no canto superior?

... a bandeira de socorro portuguesa, ou o jaque nacional é hasteadada nos navios de guerra da Marinha Portuguesa e quer dizer que o navio está em andamento?

... a Flâmula de Portugal é a bandeira hasteadada no mastro principal das embarcações, sob comando

de oficiais, ao serviço de instituições do estado português?

... alguns órgãos do Estado Português usam uma variante da Bandeira Nacional, como distintivo ou pessoal ou colectivo?



Em cima, bandeira do Presidente da República, Estandarte Nacional, Jaque Nacional.

Em baixo, Flâmula

De como “república” e “nacional” substituíram “re”

Nas últimas décadas do século XIX, a população de Portugal estava descontente, os que já eram pobres (operários, agricultores) estavam cada vez mais pobres; a alta burguesia enriquecia cada vez mais com os lucros conseguidos na indústria, comércio e agricultura; o Rei e a família real gastavam muito dinheiro do Reino; os governos da monarquia não conseguiam melhorar as condições de vida do povo. Entretanto, a situação do país piorava com a questão que ficou conhecida por “mapa cor-de-rosa”. Esta resultou do facto de Portugal reclamar as terras compreendidas entre Angola e Moçambique e Inglaterra, que estava também interessada nestes territórios, lançou um ultimato a Portugal: ou os portugueses desocupavam esse território, retirando a expedição militar que atacara alguns indígenas protegidos pelos ingleses ou o governo Inglês declarava guerra a Portugal. Face a esta situação, o governo português, embora a firmasse que o território em que se dera o confronto lhe pertencia, decidiu desocupar esses territórios o que contribuiu ainda mais para o descontentamento da população. Esta decisão provocou fortes tumultos e pela primeira vez a população ameaçou membros do governo, levando este a demitir-se. Nunca antes fora sentida uma vontade tão forte de unir os Portugueses em comunhão com a Pátria. Um dos maiores momentos de revolta foi o protesto estudantil que cobriu a estátua de Camões com crepes de luto.

Por esta altura, já se tinham organizado partidos contra a monarquia sendo mais activo o Partido Republicano. Os republicanos achavam que à frente de um país não devia estar um rei, o qual nem sempre tinha as qualidades necessárias para o cargo, mas sim um Presidente eleito que governasse alguns anos.

A 31 de Janeiro de 1891

deu-se, no Porto, a primeira revolta armada contra a monarquia. A revolta teve o apoio de alguns militares e de muitos populares mas a guarda municipal, fiel à monarquia, venceu os republicanos. O número de mortos foi elevado. Mas, a agitação política e as manifestações contra a monarquia não terminaram. Pelo contrário, houve cada vez mais e, a 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa, um atentado contra a família real mata o Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe, tendo Manuel, com apenas 18 anos, sido aclamado rei, em 1908. Este procurou apoio em todos os partidos monárquicos, mas não conseguiu que os republicanos desistissem da sua causa. Dois anos depois, a 4 de Outubro de 1910 inicia-se a primeira grande revolução portuguesa do século XX através de pequenos grupos de conspiradores: membros do exército e da marinha; alguns civis e grande número de populares armados. Apesar de alguma resistência e alguns confrontos militares, os republicanos saíram vitoriosos e, na manhã de 5 de Outubro de 1910, José Relvas e outros membros do Directório do Partido Republicano Português proclamaram a República na varanda da câmara municipal de Lisboa. No mesmo dia, o Rei D. Manuel II e a família real partiram da praia da Ericeira com destino a Gibraltar seguindo depois para o exílio em Inglaterra. Assim terminou a monarquia.

Os republicanos, uma vez no poder, nomearam um governo provisório presidido pelo D. Teófilo de Braga para dirigir o país enquanto

não fosse aprovada uma nova constituição. Foram também adoptados pelo Governo Provisório os símbolos da república portuguesa: o Hino nacional “A Portuguesa” e a bandeira vermelha e verde, ambos alvo de acasas discussões, quer pelo primeiro ser acusado de decalque da “Marsehesa”, quer por as cores da segunda não serem adequadas, ao contrário do azul, que figurava nas anteriores bandeiras.

A 28 de Maio de 1911, realizaram-se eleições para a formação da Assembleia

constituente, a qual, tinha como função fazer uma nova constituição. Esta foi aprovada a 19 de Agosto de 1911 e por isso conhecido como Constituição de 1911. Esta constituição determinava que o Parlamento era formado pelos deputados eleitos pelo povo que podia votar. De 3 em 3 anos faziam-se novas eleições para o Parlamento. A Constituição determinava também que a lei era igual para todos, era livre o culto público de qualquer religião, o ensino primário era obrigatório e

gratuito, o direito de reunião e associação livre estava assegurado, ninguém poderia ser preso sem culpa formada. Eram órgãos da Soberania nacional o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judicial, independentes entre si. Competia ao Parlamento, para além de fazer as leis, eleger e demitir o Presidente da República. O Presidente da República nomeava depois o seu Governo de acordo com o partido que tivesse maior número de deputados no parlamento. Em 24 de Agosto de 1911, o

Parlamento elegeu para primeiro presidente da república.

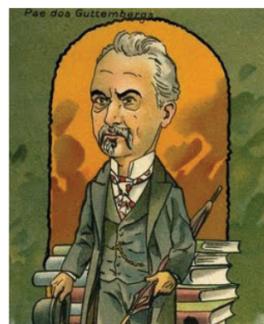
Os republicanos sempre acreditaram na força e na importância da instrução e, por isso, fizeram importantes reformas no ensino: criaram o ensino infantil para crianças dos 4 aos 7 anos; construíram novas escolas de ensino primário e fundaram “escolas normais” destinadas à formação de professores; construíram novos liceus e escolas técnicas; criaram as universidades de Lisboa e Porto. Além do ensino oficial, os re-



Manuel de Arriaga
1911 – 1915

Manuel de Arriaga, filho de D. Sebastião de Arriaga Brum da Silveira e de D. Maria Cristina de Arriaga Caldeira, viveu entre 8 de Julho e 5 de Março de 1917 na cidade da Horta, na ilha do Faial, tendo sido distinguido como advogado, poeta, escritor e ainda deputado.

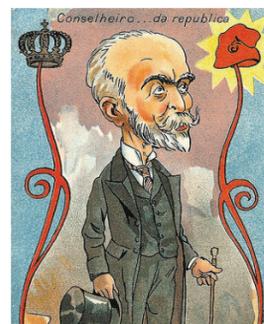
Após terminar o curso de direito na Universidade de Coimbra partiu para Lisboa onde se destacou como um dos principais propagandistas do partido republicano, vindo a ser eleito deputado pela Madeira e, mais tarde, em 1911, presidente da República. Adoptou “A Portuguesa” como hino nacional, criou o escudo como a unidade monetária de Portugal, declarou a reforma do ensino primário e universitário e instituiu a obrigatoriedade do descanso semanal a todos os trabalhadores, entre muitos outros trabalhos reveladores da sua dedicação ao partido.



Teófilo Braga
1915

Joaquim Teófilo Fernandes Braga, nascido em Ponta Delgada a 24 de Fevereiro de 1843 e falecido a 28 de Janeiro de 1924, fez o curso de Direito com distinção na Universidade de Coimbra e acabou por receber o grau de doutoramento em 1868, um ano depois de terminar o curso. Revelou-se inicialmente na literatura e mais tarde veio a encaminhar pelo mundo da ciência, sua grande paixão e ingressou ainda na área da política.

Em 1890 foi eleito membro do directório do Partido Republicano Português, levando-o a ser um dos subscritores do Manifesto e Programa do PRP e vindo-se a tornar, mais tarde, membro efectivo deste directório político. Em 1910, foi eleito deputado republicano por Lisboa às cortes monárquicas e nomeado no mesmo ano presidente do Governo Provisório da República Portuguesa, substituindo Manuel de Arriaga na função de Presidente da República, em 1915.



Bernardino Machado
1915 – 1917

Bernardino Luís Machado Guimarães nasceu a 28 de Março de 1851 no Rio de Janeiro e veio a falecer em Famliação a 28 de Abril de 1944 estudou filosofia e matemática na Universidade de Coimbra e posteriormente destacou-se como dirigente da maçonaria.

A sua vida passou também pela política, na qual, durante a monarquia, foi deputado pelo Partido Regenerador, par do Reino e ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria entre os anos de 1882 e 1893. Mais tarde aderiu ao Partido Republicano em 1903 e dez anos depois, com o advento da República tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros e primeiro embaixador de Portugal no Brasil. Só a 6 de Agosto de 1915, Bernardino Machado veio a ser eleito pelo Congresso como Presidente da República com 71 votos.



Sidónio Pais
1917 – 1918

Manuel de Arriaga, filho de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, nascido em Caminha, a 1 de Maio de 1872, e falecido, em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1918, destacou-se pelo seu papel fundamental enquanto militar e político, exercendo funções relacionadas com cargos de deputado, ministro das Finanças, embaixador de Portugal em Berlim e presidente da República.

Depois de concluir os seus estudos na Universidade de Coimbra foi influenciado a entrar na vida política. Após a queda do governo, tornou-se embaixador de Portugal em Berlim, e mais tarde, foi nomeado Presidente da República, em 1917. O seu mandato trouxe consigo um regime de ditadura e revelou marcos importantes na história portuguesa como é o caso da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial e da revolta mundial.

Acabou por ser morto em 1918, vítima de atentado.

Presidentes da I República

publ
assoc
cultu
expr
todo
fosse
os nu
jorna
rios
O g
tamb
der à
traba
foi d
greve
ceu-s
de ur
sema
1919
segu

Quin
publi
do Ca
em L
de 18
Març
dade.
Luso-
cola M
da Ar
todo
ascen
rante
Em
em q
de Ab
gover
e dez
eleito
Nacio
Gover
nome
ços d
secret
nha.
como
a ped
Repú
Pais,
Canto
cargo
blica
num
duas

am “real” e “da coroa”

Vitor Minhoto, 9ºB

publicanos apoiaram as associações recreativas e culturais. A liberdade de expressão permitiu que todos os temas e assuntos fossem abordados por isso os número de revistas e jornais diários e semanários aumentou.

O governo Republicano também tentou responder às reivindicações dos trabalhadores e, em 1910 foi decretado o direito à greve, em 1911 estabeleceu-se a obrigatoriedade de um dia de descanso semanal, e, também em 1919, passou-se a exigir seguro obrigatório contra

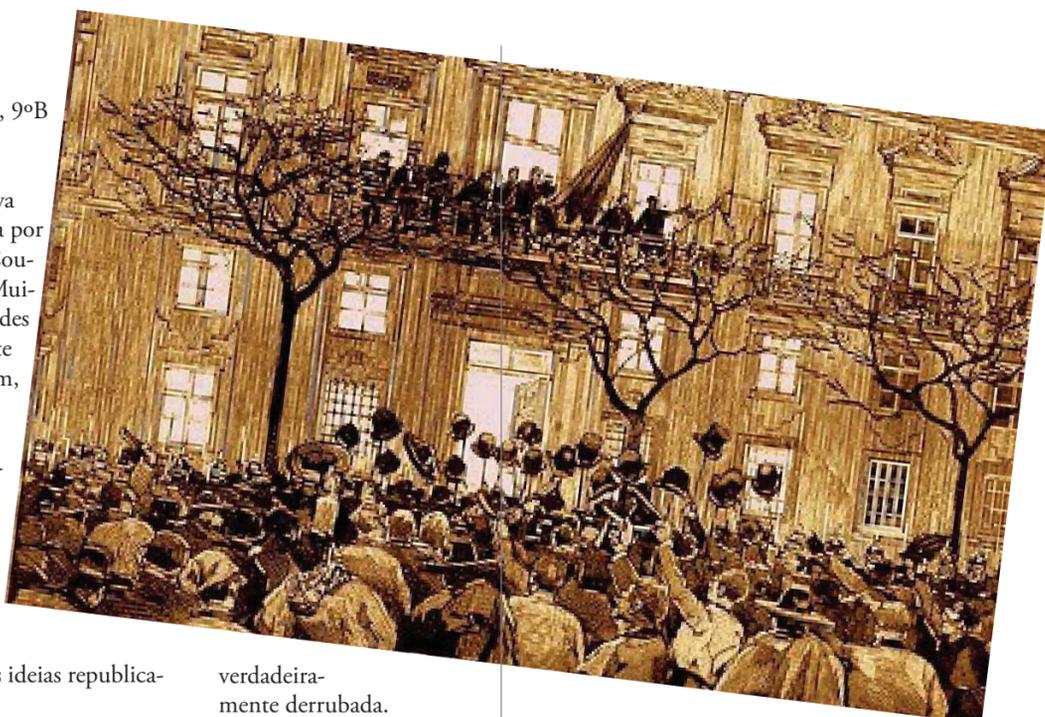
acidentes de trabalho. Depois de proclamada a República, formaram-se inúmeras associações de trabalhadores (sindicatos) com o objectivo de defender os interesses dos trabalhadores para conseguir melhores salários, menos horas de trabalho, maior segurança no trabalho e maior instrução.

Os anos seguintes à proclamação conheceram avanços e recuos, um dos quais culminou com a proclamação da monarquia no Porto, a 19 de Janeiro e 1919, sendo formada uma Junta Go-

vernativa liderada por Paiva Couceiro. Muitas cidades d NORte aderiram, entre as quais Bragança, mas muitas outras se mantiveram fiéis aos ideias republicanos.

Mas só em 28 de Maio de 1926, a República foi

verdadeiramente derrubada.



la I República (1910 - 1926)

A moeda

Portugal era uma monarquia até 5 de Outubro de 1910 e como qualquer outro país tinha uma moeda. Portugal teve quatro tipos de moeda: o dinheiro, o real, o escudo e o euro.

O real foi moeda de Portugal desde cerca de 1830 até 1911. Existiu, portanto, na monarquia e no início da 1ª República e substituiu a moeda anterior: o dinheiro. 1 real corresponde a 840 dinheiros.

Em 1911, nasceu o escudo, que não entrou em vigor logo após a implantação, mas algum tempo depois e permaneceu até 2003 quando foi substituído pelo euro. 1 escudo correspondia a 1000 reais. Havia moedas de 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 200 escudos e notas de 500, 1000, 2000, 5000 e 10000 escudos.

O euro é a moeda actual. 1 euro corresponde a 200,482 escudos.



Caricaturas de Alfredo Cândido (1879-1960) A gravura representa a Proclamação da República a 31 de Janeiro, no Porto. De Bertrand Dete



Canto e Castro
1918 – 1919

Quinto Presidente da República Portuguesa, João do Canto e Castro nasceu em Lisboa, a 19 de Maio de 1862, e faleceu, a 14 de Março 1934, na mesma cidade. Frequentou o Colégio Luso-Britânico e a Real Escola Naval, tornou-se oficial da Armada e, após percorrer todo o Império Português, ascendeu ao cargo de almirante.

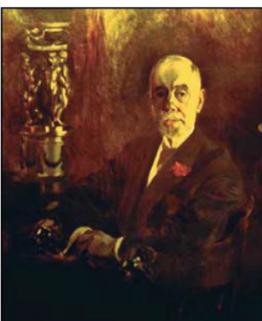
Em 1892, no mesmo ano em que casou com Mariana de Aboim, foi nomeado governador de Moçambique e dezasseis anos mais tarde eleito deputado pelo Partido Nacional Republicano. No Governo de Sidónio Pais fora nomeado director dos Serviços do Estado Maior Naval e secretário de Estado da Marinha. Acabou por tomar posse como Ministro da Marinha a pedido do presidente da República de então, Sidónio Pais, cuja morte permitiu que Canto e Castro sucedesse ao cargo de Presidente da República Portuguesa, em 1918, num mandato marcado por duas tentativas de revolução



António José de Almeida
1919 – 1923

António José de Almeida viveu entre 17 de Julho de 1866 e 31 de Outubro de 1929, nascendo em Vale da Vinha e vindo a falecer em Lisboa. Ficou conhecido não só por ser um dos mais populares dirigentes do Partido Republicano, mas também por se vir a consagrar o sexto Presidente da República Portuguesa.

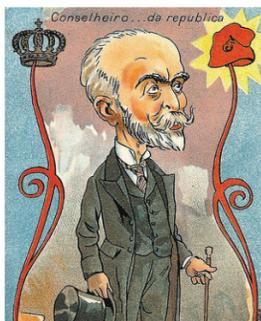
Depois de terminar o curso de Medicina na Universidade de Coimbra, regressou a Lisboa, cidade onde foi várias vezes eleito deputado pelo Partido Republicano entre mais algumas nomeações como ministro e a fundação do Partido Evolucionista, que se opunha ao Partido Democrático de Afonso Costa. Mais tarde, em 1919, foi eleito presidente da República até 1923, sendo o único presidente a ocupar o cargo até ao fim do mandato, até 1926. O seu mandato foi marcado por várias visitas ao Brasil e, sobretudo, pelo levantamento radical que deu origem à Noite Sangrenta de 19 de Outubro de 1921, em que foram assassinados várias entidades políticas.



M. Teixeira Gomes
1923 – 1925

Nascido em Vila Nova de Portimão, a 27 de Maio de 1860, e falecido, na Argélia, a 18 de Outubro de 1941, Manuel Teixeira Gomes constituiu uma personagem histórica portuguesa importante por ter sido o sétimo presidente da República e último da Primeira República.

Após ter desistido do curso de Medicina na Universidade de Coimbra, partiu para Lisboa, onde se destacou na área das artes. Mais tarde ficou-se no Porto mas acabou por regressar à cidade lisboeta onde exerceu o cargo de ministro plenipotenciário de Portugal em Inglaterra em 1910. Em 1923 foi eleito Presidente da República mas visto que estava sob grandes conflitos políticos e sociais demitiu-se das suas funções em 1925, dando como justificação oficial para a renúncia ao cargo a vontade de se dedicar exclusivamente à literatura.



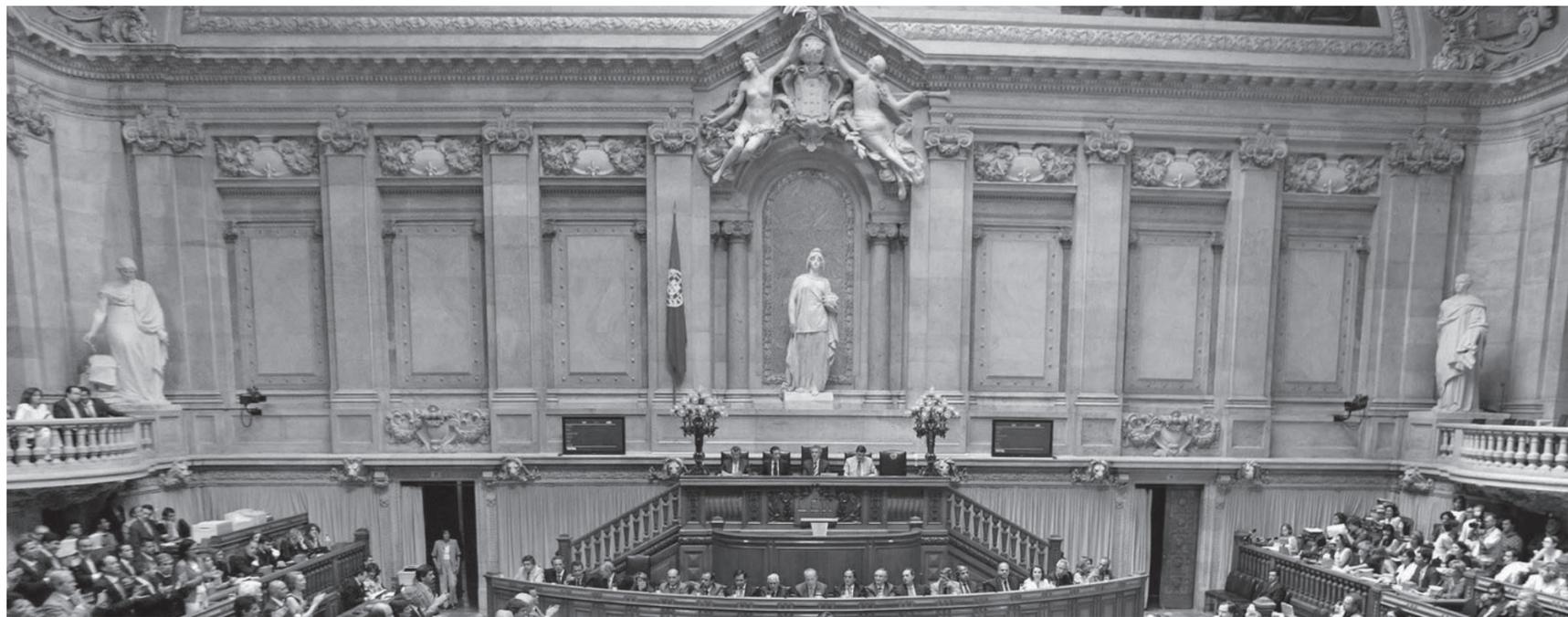
Bernardino Machado
1925 – 1926

Eleito pela segunda vez presidente da República, em 1925, viu a sua missão interrompida pela eclosão do movimento de 28 de Maio de 1926, também conhecido pelos seus herdeiros do Estado Novo por Revolução Nacional, que foi um golpe militar de cariz nacionalista e antiparlamentar que pôs termo à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional, depois transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, em Estado Novo, regime que se manteve no poder em Portugal até à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

Bernardino Machado timbrou sempre em dar o exemplo das virtudes e da conduta que desejava ver seguida pelos outros. Dotado de excepcionais faculdades de escritor, deixou uma obra escrita muito vasta que, apesar de demasiado fragmentária, é deveras notável.

Debates Parlamentares

No princípio eram as cortes



As Cortes Gerais reuniram-se pela primeira vez em 1821 e desde então até à actualidade, apesar da mudança de nome, este espaço de discussão e decisão dos destinos do país manteve-se em actividade, percorrendo os quatro períodos da História de Portugal desse período: Monar-

quia Constitucional (1821-1910); 1ª República (1910-1926); Estado Novo (1935-974) e 3ª República (1974-). O Parlamento de Portugal é constituído por uma única Câmara, designada Assembleia da República. É um dos órgãos de soberania consagrados na Cons-

tituição, para além do Presidente da República, do Governo e dos Tribunais, é, nos termos da lei fundamental, “a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”. A Constituição, o Regimento e o Estatuto dos Deputados definem as competências e as regras

de funcionamento da Assembleia da República e os direitos e deveres dos seus Membros, garantindo as relações de separação de poderes e interdependências relativamente aos outros órgãos de soberania. Para além da função primordial de representação, compete à

Assembleia da República assegurar a aprovação das leis fundamentais da República e a vigilância pelo cumprimento da Constituição, das leis e dos actos do Governo e da Administração.

História do Hemiciclo

Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa - 1821-1822
Depois da vitória dos liberais, em 1820, o governo decidiu formar as cortes. Constituiu uma comissão que tratou do processo eleitoral dos deputados, tendo as eleições decorrido em Dezembro de 1820. No primeiro mês do ano seguinte, no Palácio das Necessidades decorreu a primeira reunião das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (também designada por Soberano Congresso). A primeira Constituição Portuguesa será aprovada em Setembro de 1822 e, dois meses depois, estas cortes reunirão pela última vez.

Câmara dos Senhores Deputados - 1822-1910

A monarquia constitucional dá origem à Câmara dos Deputados, que será a única existente até ser aprovada a Constituição de 1822. Com a Carta Constitucional de 1826 passa a haver duas Câmaras, juntando-se à dos Deputados a dos Pares, assegurando ambas a função legislativa. Este sistema prolongar-se-á até 1910, com uma interrupção entre 37 e 38.

Câmara dos Pares do Reino - 1826-1838
A Câmara dos Pares é constituída pelos Dignos Pares do Reino nomeados pelo rei de forma vitalícia e hereditária”. Além do poder legislativo, era também da sua competência exclusiva a constituição em Tribunal de Justiça,

para julgamento de membros da família real, ministros e secretários de estado, bem como deputados e pares.

Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa - 1837-1838
A Revolução de Setembro de 1836 dita a dissolução das cortes gerais e a abolição da Carta Constitucional. A rainha determina a eleição de deputados para as futuras Cortes Constituintes (também chamado Congresso Constituinte), que iniciarão funções a 18 de Janeiro de 1837. Estas iniciam o trabalho com o texto constitucional de 1822, tendo apresentado um Projecto de Modificações na Constituição em Março de 1837.

Um ano depois entra em vigor a nova Constituição.

Câmara dos Senhores - 1838-1842
Com esta surge a Câmara dos Senhores substituindo a dos Pares e mantendo as mesmas funções desta. É electiva e temporária, sendo o número dos Senhores igual à metade dos deputados existentes. Foi extinta em 1842, dando lugar novamente à Câmara dos Pares do Reino, depois da revolta de Costa Cabral, que funcionará até 1910. A sua constituição variou ao longo do tempo integrando numa fase elementos por via hereditária e noutra, mais recente, um sistema misto de nomeação régia e eleição indirecta.

Câmara dos Pares do Reino - 1842-1910

Assembleia Nacional Constituinte - 1911-1911
Depois da revolução e das eleições de 1911, foi constituída uma Assembleia Nacional Constituinte que reuniu pela primeira vez em 19 de Junho de 1911 e votou as leis de abolição da Monarquia e proclamação da República Democrática. Votou também a nova bandeira e o Hino Nacional. Dois meses depois de entrar em funções, aprovou a primeira Constituição da República.
Câmara dos Deputados - 1911-1926
Foi substituída pela Câmara dos Deputados da República ainda nesse ano, que seguia



O grupo *Vencidos da Vida* e alguns dos seus membros: Eça de Queirós, José Duarte Ramalho Ortigão, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, António Cândido Ribeiro da Costa, Guerra Junqueiro.

Comemoração da República em Bragança

A República e o 25 de Abril

A República e o 25 de Abril foram os temas em debate na mesa redonda que trouxe a Bragança Luís Mateus, Presidente da Associação República e laicidade e o Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril.

A escolha de uma moderadora feminina, Tábita Mendes, que foi a única mulher a presidir a Assembleia Municipal de Bragança, não foi fruto do acaso. De facto, a República trouxe direitos às mulheres que elas, segundo Tábita, não estão a gozar plenamente. Foi-lhes concedido o direito à educação e ao voto, mas há um longo percurso que tem sido feito, mas não tem correspondido a uma plena igualdade social e política da mulher.

Em análise estiveram ao longo da noite valores como o progresso, que radica numa filosofia europeia, que, segundo Luís Mateus, inverte o paradigma do pensamento filosófico ao colocar no futuro a idade de ouro, ao contrário da

tradição que coloca o Homem, a viver num vale de lágrimas, como sobrevivente da Idade de Ouro. De acordo com este pensamento, os homens têm direito a procurar a felicidade na terra e os governos devem trabalhar para isso. Outra ideia que devem ser objecto de reflexão é o significado de república – res publica –, que remete para a concepção de que existe um bem comum que deve ser privilegiado face ao particular. É a esta ideia que tem de ser associada a democracia. “É preciso legitimar essas ideias gerais nas quais todos devem participar”, defendeu Mateus.

Também a cidadania se prende a este bem comum. É da ideia de indivíduo, de cada um poder ter a sua individualidade que nasce o cidadão com um papel importante na sociedade. Laicidade é outro termo directamente relacionado com a república. Não se opõe, segundo o arquitecto, ao de sociedade clerical: “Opõe-se a esta quando ela impõe na

sociedade a ideologia de um grupo”.

Vasco Lourenço realçou que as duas datas em observação no encontro evidenciam a gesta dos heróis que queriam uma mudança de regime para se libertarem da humilhação em que estavam mergulhados. As duas épocas permitem, também, uma reflexão sobre o presente e a necessidade de “um novo 25 de Abril feito pelos portugueses detentores das armas que a democracia lhes dá.”

Vasco Lourenço, Luís Mateus, Tábita Mendes e Luís Afonso (Presidente da Assembleia Municipal)

As comemorações em Bragança

A República e o 25 de Abril – 07/Maio/2010 - 21:30

A República e Questões Sócio-Económicas – 17/Junho/2010 - 21:30

A República e o Ensino – 8/Outubro/2010 - 21:30

A República e o Poder Local – 2/Dezembro/2010 - 21:30

Sessão Solene da República – 5/10/2010 - 10:00

Concerto da República – 5/10/2010 - 16:00 (teatro Municipal)

Concurso Literário: “Centenário da República” (A vida na época, a vida e obra das figuras da República, ideias e conquistas)

Exposição itinerante da Fundação Mário Soares
Exposição itinerante “Viva a República”
Exposição documental e bibliográfica de jornais/revistas da 1ª República
(Auditório Paulo Quintela, Praça Cavaleito Ferreira e Centro Cultural)

Tertúlia e Poesia na República – 28/Maio/2010 - 21:30 (Auditório do Centro Cultural)

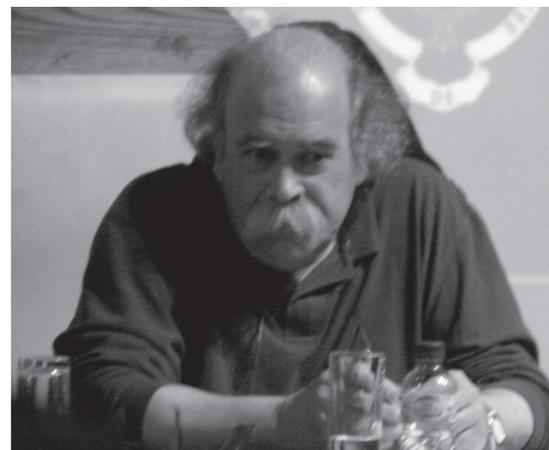
Dia da Vila de Izeda – 17/Julho/2010

Teatro da República – 8, 9 e 10/Dezembro/2010 - 21:30 (Teatro Municipal de Bragança)

Livro com ilustrações sobre a República
Criação de um desdobrável com o Programa das Comemorações da República e do Município de Bragança

Criação de um pin alusivo ao 100º da República
Criação de um mural (azulejo) subordinado às Comemorações do Centenário da República
Registo multimédia das actividades do Programa (CMB/Local Visão)

Com excepção de indicação diferente, todos os eventos decorrem no Auditório Paulo Quintela



Regimento da Assembleia Constituinte, sendo os seus membros eleitos por 3 anos, por sufrágio directo dos cidadãos. De acordo com a Constituição, competia à Câmara dos Deputados as iniciativas sobre impostos, sobre a organização das forças de terra e mar, sobre a discussão das propostas feitas pelo Poder Executivo, sobre a revisão da Constituição, sobre a prorrogação e o adiamento da sessão legislativa.

Senado da República-1911-1926

A 2ª câmara do Congresso da República era o Senado, cujos membros eram eleitos por um período de 6 anos. A aprovação ou rejeição das propostas de comissários da República era da sua responsabilidade

Congresso da República-1911-1926

Havia, ainda, o Congresso que era a reunião das 2 Câmaras: a dos Deputados e do Senado. Reunião ordinariamente, no dia 2 de Dezembro de cada ano marcando o início de cada sessão legislativa que se prolongava por 4 meses. Cada legislatura durava 3 anos. Podia ser convocada extraordinariamente pela 4ª parte dos seus membros ou pelo Poder Executivo. As sessões eram presididas pelo mais velho dos Presidentes das 2 Câmaras. Além do poder de legislar na área judicial, diplomática, económica e social podia ainda destituir os membros do Poder Executivo.

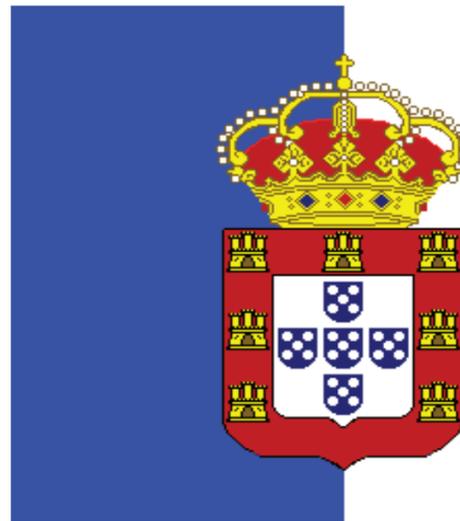
<http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>

Mono Archie - Unidade do Princípio (Principal)

- as Monarquias surgiram depois das Repúblicas, as primeiras eram electivas e as segundas hereditárias, até agora o Homem ainda não inventou mais nada;
 - a Nobreza não é característica da Monarquia, foi criada na República Romana (SPQR) ainda antes, portanto, do Período Imperial e do Cristianismo;
 - a Monarquia não é uma forma de governo, mas uma forma de organização política e social;
 - em Monarquia a forma de governo é republicana (res publica, gestão da coisa pública);
 - em Monarquia a organização política relega os partidos políticos, considera-os uns meros grupos de corrente de ideias a par dos movimentos filosóficos;
 - em Monarquia o direito é o consuetudinário (assenta no costume, de baixo para cima, em oposição ao direito romano, da divindade do imperador).

Lemas:

Um partido é ditadura, dois ou mais é democracia, mas nenhum é monarquia, pois o POVO não precisa de intermediários para governar-se. Arranjem a Monarquia que rei lá aparece.



Entrevista realizada por correio electrónico a um Monárquico, membro fundador da AMT (Acção Monárquica Tradicionalista).

OP- Quais as vantagens da Monarquia relativamente à República?

A nível de Regime, o facto da Chefia de Estado estar depositada na Dinastia e não existirem os problemas inerentes da escolha do "melhor" (existência de fraudes eleitorais e guerras fratricidas, ambas ainda frequentes em República). A Lei de Sucessão determina quem é quem na Dinastia. A preparação desde o berço de alguém que será de facto equidistante a todos os sectores da sociedade, será o Rei de todos, e não alguém que surge da escuridão proveniente do sector A, B ou C da sociedade. Criado no Protocolo, na Diplomacia, no Exército, no meio dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judicial) terá uma aprendizagem eficaz e com tempo para a Missão que o espera em oposição ao amadorismo republicano. A nível do Sistema, a aproximação dos eleitos dos eleitores ao existirem Cortes Gerais com duas Câmaras, a dos Deputados, eleitos um por Concelho, e a dos Procuradores, eleitos pelas Forças Vivas da Nação (sindicatos, ONG's, religiões, ordens profissionais, grupos de corrente de opinião – os partidos políticos, etc.). Separação dos 3 poderes: Executivo, dependente do Rei, escolha do Primeiro-ministro (PM), como actualmente a Constituição da República permite em relação ao Presidente da

República (PR), embora, o PM dependa da facção maioritária da Assembleia da República (AR); Legislativo, dependente das Cortes Gerais (sem partidos políticos) e Judicial independente.

OP - Que desvantagens trouxe, então, a República?

Trouxe a desunião entre os portugueses, a entrada na Grande Guerra (I Guerra Mundial), o descalabro das contas públicas, a desigualdade gritante da riqueza (1/5 actualmente é considerado pobre) a entrega das Províncias Ultramarinas com a morte de mais de 2 milhões de nossos compatriotas, só em Angola. A República já morreu 3 vezes e esperamos pela 4 República. Está sempre a recomeçar. Não há continuidade. Trouxe o imediatismo e individualismo para a Chefas do Estado e restante sociedade. Acentuou o carácter abominável do sistema partidário existente nos últimos 70 anos da Monarquia (República Coroada). Quer em República, quer em Monarquia o sistema partidário é abominável. E, pior de tudo, trouxe uma mentalidade mórbida. Roubou o sentido de ser e de estar e a alegria em o sermos.

OP - Que mudanças trouxe a República e que medidas mudaram o país (para pior ou melhor)?

OP - É verdade que os melhores anos de crescimento económico foram em República (entre 1960 e 1974), mas deve-se em grande parte à introdução dos combustíveis fósseis na sociedade. Em contra partida, a ignorância republicana apoderou-se das terras das comunidades – os baldios – e considerou-os como seus, florestando-os e proibindo o apascentamento de caprinos o que arruinou economias locais levando a um êxodo de mão-de-obra para o exterior. Em termos diplomáticos concretizaram-se os mapas de Angola e Moçambique e respectivo reconhecimento internacional. O resto foi um desfazer e refazer entre as próprias repúblicas. À desordem instalada na I República seguiu-se um período de ordem e gosto em ser português do Estado Novo (II República) e, contrariamente ao que muito republicano diz, não estávamos isolados, fomos membros fundadores da NATO, fazíamos parte de Organizações Internacionais como a EFTA, a Energia Atómica, etc.

OP - Qual o melhor rei de Portugal? Porquê?

É muito difícil responder a esta questão, mas um dos grandes reis foi D. João II que no seu extraordinário golpe de visão de longo prazo, reuniu cerca de 50 alunos que foram educados para fa-

zer as descobertas, estes fizeram-no com sucesso no reinado seguinte (D. Manuel I). Esta grandiosa Obra (os Descobrimientos) tornaram-nos Ímpares.

OP - Qual a maior obra da Monarquia?

Muito difícil responder, mas em paralelo com a construção do Estado Português e da Língua Portuguesa, foram os Descobrimientos. Uma Nação com cerca de 1 300 000 habitantes conseguiu ter Feitorias no Norte de África e dois Impérios, o do Brasil e o da Índia. Viajou-se por tudo o que era navegável e se mais mar houvesse seria português.

OP - Qual o melhor presidente da república que Portugal teve?

Os Presidentes da República não deixam de ser portugueses amantes da sua Pátria e, evidentemente, que também os houve com craveira para serem designados bons Chefes de Estado, embora, nenhum até agora, tenha atingido o estatuto internacional do rei D. Carlos I. Assim, designava como melhor, o Presidente Sidónio Pais, Major e professor de Matemática, primeiro PR eleito por sufrágio eleitoral universal e directo, mas barbaramente assassinado pelos democratas na estação do Rossio, em Lisboa. Homem que colocou ordem onde parecia ser impossível.

7. Monarquia absoluta, constitucional, electiva ou hereditária?

A monarquia divide-se só em electiva ou hereditária. O Absolutismo é precursor das democracias e um desvirtuar da Monarquia, centralização do Poder na figura divina do rei. Isto não passa dum rebuscar do ideal da Antiguidade quando o Imperador Romano era, além de Chefe do Poder Político, também Chefe Religioso, situação que a Igreja de Roma (posteriormente dita Católica) aboliu. A Monarquia Constitucional (República Coroada) é um artifício da Burguesia (que luta contra a Nobreza)

para adulterar a Monarquia e ao mesmo tempo agrilhoar os POVOS. No entanto, há países que não têm Constituição, ou se a têm, é muito resumida quando comparada com a nossa.

8. Que país monárquico escolheria para viver?

Resposta: Infelizmente, hoje não há países monárquicos. Há as repúblicas coroadas e as repúblicas. A diferença está só na Chefia de Estado, as primeiras têm um Rei, as segundas um PR. A monarquia é muito mais do que isso.





Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Amadeo de Sousa Cardoso, António Botto, Ruy Coelho, Santa Rita Pintor e Eduardo Viana foram alguns dos nomes de uma geração de ouro que animou a vida artística do início do século XX e projectou Portugal

Res Pública - Coisa Pública

Vítor Bravo é licenciado em história e exerceu as funções de professor e de presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Abade de Baçal. Leitor compulsivo e senhor dum forte espírito republicano, conhece bem a história do seu país e a do período em que a República viu a luz. O Outra Presença procurou nele as respostas para algumas das questões que qualquer comemoração da Implantação da República deve ver respondidas.

OP - Que mudanças foram impulsionadas pela Primeira República? Que medidas mudaram o país?

É própria dos regimes republicanos a defesa de um conjunto de princípios políticos que são assumidos como inerentes à sua prática política. A redefinição dos símbolos nacionais, a laicidade do estado, o aprofundamento do parlamentarismo ou o alargamento da participação e dos direitos políticos e sociais marcaram os programas políticos dos fundadores da 1ª República. O ideário republicano passou sobretudo pelo projecto sustentado por princípios políticos que estiveram na base da própria República. Destes sublinhamos o Interesse Colectivo, divisa central do republicano; a Igualdade, assumida teoricamente pelos ideólogos de republicanismo; o primado da lei, perante a qual todos são iguais. A primeira missão do Estado republicano é garantir a imparcialidade e equidade na aplicação das leis da República. Segui-

damente o Laicismo. A luta contra a intolerância religiosa conduziu os republicanos a defenderem a separação entre a Igreja e o Estado, proclamando a liberdade religiosa. Nesta matéria os republicanos fizeram da laicização da vida portuguesa a sua principal divisa, tendo como principal defensor o então ministro Afonso Costa. Saliente-se a lei da separação da Igreja e do Estado, a expulsão das ordens religiosas e a nacionalização dos seus bens, o estabelecimento do registo civil e a legalização do divórcio. Por último, destaque-se, também, a Legitimidade Democrática, o aprofundamento do parlamentarismo, o alargamento da participação e dos Direitos Políticos e Sociais. No âmbito social, os sucessivos governos republicanos foram autorizando e regulamentando a lei da greve, o descanso semanal obrigatório, a limitação dos horários de trabalho, embora numa forma lenta e controversa. O Ensino foi a área em que os primeiros governos concentraram uma atenção particular: teste-



munhos dessa preocupação foram a criação das universidades de Lisboa e Porto, o estabelecimento da instrução obrigatória e gratuita.

OP - Apesar de defender o Regime Republicano, qual foi para si o melhor rei? Porquê?

D. João II. D. João II ocupa um lugar funda-

mental na história portuguesa. É um Homem de transição dos tempos medievais para os modernos. Prova disso é o novo rumo que impulsiona à exploração marítima: os descobrimentos serão a sua prioridade governamental. Em 1484, Diogo Cão, descobre a foz do Rio Congo, em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança. Está aberto o caminho marítimo para a Índia. Não menos relevante é a recusa da proposta de Cristóvão Colombo chegar à Índia seguindo para oeste, e consequentemente as disputas sobre os domínios dos mares com Castela bem como a posição defendida pelos legados do rei, que levou à assinatura do Tratado de Tordesilhas. Tudo isto revela um Homem lúcido, inquebrantável e audaz na defesa dum projecto bem amadurecido.

3. E o melhor presidente?

Dr. Jorge Sampaio. Como presidente, a sua acção destacou-se nos aspectos sociais e culturais. Na cena política internacional, Sampaio foi um importante contribuidor para a tomada de consciência da causa pela Independência de Timor-Leste. A presidência de Jorge Sampaio marcou-se sempre por um senso firme de prudência e moderação, um estilo que lhe assegurou um primeiro mandato sem controvérsias.

4. Como viveu Bragança a Implantação da República?

Em Bragança, a República recebeu-se de uma forma inesperada. A cidade preparava-se para a recepção a D. Manuel II, naquela que seria a primeira visita régia formal à cidade, então programada para o dia 8 de Outubro. O novo regime instalou-se com o apoio de alguns republicanos, mas em Bragança sempre

se conspirou muito contra ele, estimulada a igreja e o exército por Paiva Couceiro e seus seguidores... Mas, mesmo assim, sempre Bragança defendeu o ideário republicano, à excepção de 3 dias em que aderiu, em inícios de 1919, à Monarquia de Norte.



A República nos livros



Cinco de Outubro
Lourenço Pereira Coutinho
Sextante Editora

Antes de “entrar” na narrativa em si, pode ler-se uma breve introdução na qual o autor procura familiarizar o leitor com a envolvente história vivida no período de tempo que precede a Revolução de Cinco de Outubro. D. Manuel II enfrenta uma nova crise governamental, após a queda do ministério Veiga Beirão. Revolucionários e Carbonários reúnem-se em diversas tentativas de derrubarem a monarquia. Este livro acompanha os percursos dos protagonistas desta época como: D. Manuel II, Teixeira de Sousa, Afonso Costa, Machado Santos, que se cruzam com personagens fictícias numa narrativa de intensidade crescente que ocorre durante a revolução republicana. A todos aqueles que vêm o Cinco de Outubro como mais um simples feriado, recomendo a leitura deste livro.

Rita Teixeira 10ºB



Mataram o Sidónio
Francisco Moita Flores
Casa das Letras

“Mataram o Sidónio” de Francisco Moita Flores Lisboa atravessava ainda a mortífera epidemia de pneumonia e sofria, ainda, os efeitos da Primeira Guerra Mundial. O país estava exaurido pela fome e pelo sofrimento. E neste ambiente magoado e receoso que Sidónio Pais, em 1918, foi assassinado na Estação do Rossio. Fundamentado em documentos da época, Francisco Moita Flores, reconstrói o homicídio do Presidente-Rei, utilizando-o como objecto da trama do seu mais recente romance de amor e morte. Sendo para muitos um dos mestres da técnica de diálogo, Moita Flores, provoca no leitor as mais descontraídas emoções que vão da gargalhada hilariante ao intenso sofrimento. Um romance com origem na História, uma história única para um fantástico Romance.

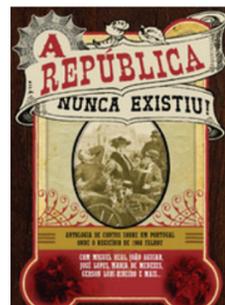
Joana Teixeira, 10ºB



Vem aí a República!
Joaquim Romero Magalhães
Liv. Almedina

“O presente livro trata apenas dos últimos anos da monarquia, desde a substituição do último ministério da presidência de José Luciano de Castro pelo de Hintze Ribeiro (Março de 1906), até à proclamação da República em Lisboa, na manhã de 5 de Outubro de 1910. Naturalmente que se confina aos aspectos políticos, porque esses foram os decisivos na trama dos acontecimentos que levaram ao fim da monarquia.”

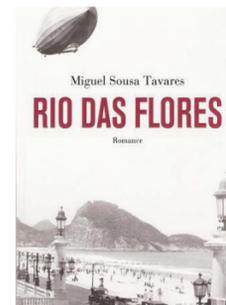
do editor



A República nunca existiu!
Vários

Esta obra dá lugar a um outro lado da Implantação da República, o lado em que esta não existiu. Partindo de perguntas como “Como estaria o país se não tivesse havido o regicídio naquele dia 1 de Fevereiro? A República não teria sido instaurada?”, criam-se histórias hipotéticas de um Portugal bem diferente do da actualidade. Numa compilação de catorze histórias imaginárias, diversos autores procuram dar resposta a estas e mais perguntas, no domínio anunciado da monarquia. Um jogo entre passado, presente e futuro, onde a realidade não se conhece e “a República nunca existiu”, para bem ou mal da Nação.

Verónica Podence - 10ºB



Rio das Flores
Miguel Sousa Tavares
Oficina do Livro

“Através da saga dos Ribeiras Flores, proprietários rurais alentejanos, somos transportados para os anos tumultuosos da primeira metade de um século marcado por ditaduras e confrontos sangrentos, onde o caminho que conduz à liberdade parece demasiado estreito e o preço a pagar demasiado alto. Entre o amor comum à terra que os viu nascer e o apelo pelo novo e desconhecido, entre os amores e desamores de uma vida e confronto de ideias que os separam, dois irmãos seguem percursos diferentes, cada um deles buscando à sua maneira o lugar da coerência e da felicidade.

Rio das Flores resulta de um minucioso e exaustivo trabalho de pesquisa histórica, que serve de pano de fundo a um enredo de amores, paixões, apego à terra e às suas tradições e, simultaneamente, à vontade de mudar a ordem estabelecida das coisas.

do editor



O Vermelho e o Verde
José Jorge Letria
Planeta

Não são precisas muitas reflexões para que, a partir do momento em que nos deparamos com este livro sabermos, de imediato, que ele deve retratar um dos momentos cruciais da história do nosso país, ou o seu título não fosse exactamente “O Vermelho e Verde”, exactamente as cores da grande marca do nosso país que é a bandeira. Marca essa que nos transporta para a grande data da Implantação da República. A acção deste romance passa-se, exactamente, entre 1908, ano do regicídio e os dez anos que se lhe seguiram. Uma narrativa que nos mostra um jovem civil a combater pelos seus ideais e onde não faltam referências aos conflitos entre monárquicos e republicanos, torna-se uma leitura indispensável neste ano de comemoração do centenário da República

Verónica Podence - 10º B

Livraria Lello - um espaço anterior à República

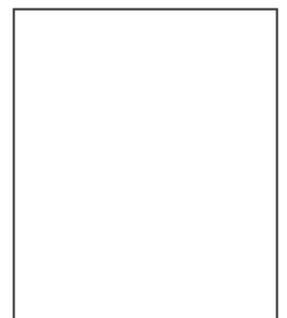


A empresa nasceu da “Livraria Internacional de Ernesto Chardron”, em 1869, localizada na Rua dos Clérigos. Depois do seu fundador morrer, esta foi vendida à firma “Lugan & Genelioux Sucessores”. Algum tempo depois, em 1881 foi fundada uma livraria por José Pinto de Sousa Lello, na Rua do Almada. Em 1894, a Livraria Chardron foi vendida a José Lello que, associado ao irmão, António Lello, manteve a Chardron em sociedade com o irmão, posteriormente alterada para “Livraria Lello e Irmão” (1919). O edifício existente agora foi construído pelo engenheiro Francisco Xavier Esteves e inaugurado em 1906.

Presidentes da Câmara



Olímpio de Oliveira Dias
3/10/1910 – 27/10/1910



Júlio S. da Rocha Pereira
28/03/1910–28/12/1911



Augustus
04/01/1911

Jornais e jornalistas na I República

Joana Teixeira, 10ºB

“O jornal é a oração diária do homem moderno” (Hegel)

Que jornais e jornalistas marcaram a I República?

Qual o seu posicionamento político, que personagens abordam, quais as modalidades de transmissão das notícias, como era o trabalho tipográfico e quais os contrastes com que a imprensa de há cem anos se defrontava são algumas das questões que se colocam quando se pensa nesta época da história.

Os três principais jornais republicanos eram *O Mundo* que teve as suas primeiras publicações em 1900 e as últimas em 1927, *A República*, tendo existido vários jornais com este título, antes e depois da implantação e *O Século*, que publicou jornais entre 1881 e 1978. Podia-se ler também o *Diário Ilustrado*, que era monárquico e publicou entre 1872 e 1911 e ainda o *Diário de Notícias* que quando a república nasceu se converteu.

As rivalidades existentes entre os jornais eram notórias nas notícias quotidianas que rapidamente se tornavam um confronto de letras, palavras e frases, entre os jornalistas mais conceituados da época.

José Joaquim de Almeida foi um dos protagonistas de uma competição noticiosa entre o *Diário de*

Notícias e o *Século*, acerca de um grave incidente no Alentejo e sobre o qual escreveu uma das suas principais notícias “Em certos casos os últimos são os primeiros”. Mas não só os incidentes quotidianos lançavam debates e confrontos, também o verdadeiro papel da imprensa no mundo contemporâneo era abordado nos periódicos, como se pode ver através do texto de Joaquim Manso intitulado de “O meu primeiro artigo” em que este menciona a função da imprensa como sendo “a alavanca do progresso”. Luís Trigueiro, escreve para o *Diário Ilustrado* o texto “Crónicas Mundanas” em que nos fala do jornalismo mundano de uma perspectiva diferente da de Joaquim Manso, que também abordou o tema.

As relações políticas e as relações entre a política e a imprensa eram também, muitas vezes, matéria para notícias, textos e reportagens como acontece no texto “Um Homem persistente” da autoria de Pinto Quartim e publicado no jornal *O Século* em que é evidenciada a relação entre um político e os jornalistas. Os jornais eram povoados, como conta o jornalista e escritor Raúl Brandão em “O Dr. Nascimento”, por po-

líticos, doidos, intrujões e homens de bem numa reflexão sobre a influência e os papéis de pessoas deste género na redacção. Bem ilustrativa do tipo de jornalismo praticado é o célebre episódio que Eça de Queirós introduz em “Os Maias” protagonizado por ga, Palma Cavalão, Dâmaso e Eusébio e que ilustra bem as prioridades de alguns jornais e o modo como a posição política, a amizade e o dinheiro influenciava a escolha das notícias.

Não podemos deixar passar despercebidas as dificuldades sentidas pela imprensa desta época, todo o trabalho tipográfico e os seus contrastes.

Todos os textos e notícias tinham de estar prontas o mais rápido possível e obrigavam os jornalistas a trabalhar numa verdadeira corrida contra o tempo, para que todo o trabalho tipográfico pudesse ser realizado por trabalhadores indefesos pela noite adentro, garantindo a publicação e venda do jornal no dia seguinte. Devemos também atentar noutras dificuldades de transmissão de notícias, a ausência de telefone ou internet, que apenas deixava disponível para esta tarefa o telégrafo que nem sempre colmatava as necessidades sentidas, como podemos ver através do texto “Teria



Teria Telégrafo para transmitir as minhas notícias?” de José Joaquim de Almeida no *Diário de Notícias*.

As características e diferenças entre os jornais de há cem anos, são o retrato de toda a sociedade e das dificuldades sentidas por esta. Atentemos no *Diário de Notícias* que ainda hoje podemos encontrar nas bancas dos nosso

quiosques, enquanto hoje tem cerca de 40 páginas com os mais variados temas, há cem anos, este periódico tinha apenas quatro páginas em função de anúncios do que de noticiário. A escrita da época é também digna de reflexão pelas diferenças entre esta e aquela que encontramos nos jornais do nosso quotidiano.

A I República, como todas as outras épocas históricas deixaram a sua marca na imprensa. Onde através de notícias, reportagens e crónicas podemos perceber e redesenhar aquilo que Portugal e o Mundo viveram há cem anos.

Câmara de Bragança durante a I República (1910 - 1926)



Augusto César Moreno
04/01/1912–07/08/1913



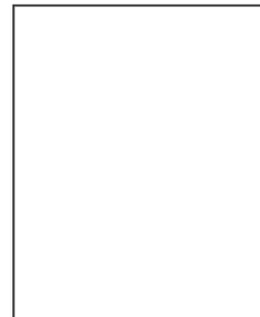
Carlos de Lima e Almeida
05/01/1914–31/12/1917



Adrião Martins Amado
19/01/1918–23/07/1918



José Cardoso Figueira
24/07/1918–11/11/1918



António Castro Moreira
11/11/1918–24/01/1919



João Carlos Sá Alves
02/01/1923–23/07/1926

Da idade da República

Clube de Bragança

Mariana Lopes, 9ªA

O clube é uma associação recreativa, cultural e desportiva fundada em 8 de Março de 1911.

O Centro Republicano uniu-se ao “Clube dos Caçadores” e adquiriu o nome de “Centro Republicano Emídio Garcia” que ocupou então parte de um edifício situado no centro da cidade. No final dos anos 20 o rés-do-chão deste edifício que, anteriormente, era um espaço comercial, foi ocupado pelo café “Chave D’ouro”, ainda existente. Em 1935, esta organização voltou a alterar o seu nome e ficou designada então por “Clube de Bragança”. Este clube foi responsável por grande parte da actividade cultural em

Bragança e organizou a 1ª feira livro em 1981 como também concertos e palestras. Após o 25 de Abril de 1974, o clube atingiu o seu auge e teve um dinamismo imenso. Organizava as festas de Carnaval e também de outras épocas festivas do ano e estas eram consideradas “as melhores da cidade”. Hoje continua activo e organiza passeios pedestres, audições de música, exposições de pintura e de fotografia, jogos florais, conferências e torneios.

No passado ano de 2009 foi criada uma nova categoria deste clube, a equipa de veteranos, que pretende pensar no futuro, mas sem nunca esquecer o passado histórico do Clube de Bragança.



O combóio que não foi centenário...



A 1 de Dezembro de 1906 chegou a Bragança o combóio. Timidamente, cumpriu a sua função, estabelecendo a ligação entre este canto de Portugal e os resto do país.

O seu engenheiro, João da Cruz, viu o seu nome dado à artéria central da cidade cujos passos conduziam os peões no sen-

tido ascendente à estação de caminho de ferro.

Em 1992, o troço que liga Mirandela a Bragança é encerrado por falta de viabilidade económica e a capital de distrito perde uma das mais importantes vias de comunicação.

Também os turistas ficam mais pobres: a paisagem magnífica que o baloiçar cadenciado das

carruagens deixava apreciar fica agora apenas visível ao olhar dos seus habitantes.

Recentemente remodelado, este espaço alberga um museu ferroviário e é espaço de paragem de autocarros.

A vegetação, o ar lavado e o parque infantil escondem a tristeza que a memória de outros tempos provoca.

Guarda Nacional Republicana

Ouvimos falar, com bastante frequência da GNR, mas nem todos sabemos a sua história.

A Guarda passou por várias denominações até chegar à actual. Primeiro chamava-se Guarda Real da Polícia, criada, em 1801, pelo príncipe Regente D. João I. Depois seguiu-se a “Guarda Municipal”. Após a guerra civil, D. Pedro IV, que governava na altura, extinguiu as Guardas Reais e criou assim, como já foi referido, as guardas nacionais, uma no Porto e outra em Lisboa. Mais tarde, depois do golpe de estado de 5 de Outubro de 1910 que substituiu a Monarquia Constitucional pelo regime republicano, o nome da Guarda Municipal de Lisboa e do Porto

aproximou-se do nome que agora ambas têm e foi alterado para Guarda Re-



publicana de Lisboa e do Porto. Finalmente, a 3 de Maio de 1911, nasceu a Guarda Nacional Republicana que, em situação de guerra ou de crise grave, fica operacional sob comando militar.

Em 1993 houve novas

mudanças e a Guarda Fiscal, que era até então uma força independente, transformou-se na Brigada Fiscal da GNR.

Mas nem assim acaba a história da GNR. Em 2006 foi integrada nela a Polícia Florestal reforçando a Guarda Nacional Republicana no âmbito da fiscalização e sensibilização ambiental.

E agora, lembremos o grito de guerra desta força militar e gritemos todos juntos: “Pela Lei e Pela Grei!”, divisa simbolicamente representada pelos dragões, que define a missão desta força de segurança: assegurar o cumprimento da lei e proteger o conjunto dos cidadãos do seu país.

O site do Centenário

Criada um Comissão responsável pelas comemorações da República - Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República -, esta

disponibilizou um sítio em linha, no qual podem ser encontrados os contactos, os sites do centenário, roteiros republicanos, um pouco da história e me-

mória da República e o programa oficial.

Espaço de fácil consulta é, efectivamente, uma porta aberta para o que no país foi comemoração e espaço

de evento e auxiliar precioso nos múltiplos trabalhos que forma desenvolvidos neste âmbito.

<http://www.centenariorepublica.pt/>

